AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.10.20 a 30.10.20, no total de 30 (TRINTA) dias.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

1º Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.09.2020

Marco Antonio Rodrigues Normando

Diretor do 1º CRS/SESPA

Protocolo: 579279

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO

O DIRETOR DO 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.777 de 10.01.19.

Tornar sem efeito a PORTARIA Nº. 198 DE 20 DE MARÇO DE 2020, publicada no DIÁRIO OFICIAL Nº 34.152 do dia 23 DE MARÇO DE 2020 que determinava 30 dias de licença prêmio para o (a) servidor (a) TEREZINHA MARIA FERREIRA ROSA, Matrícula 5145074-1, no período de 02.07.2020 a 31.07.2020. Referente ao triênio 06.10.07 a 05.10.10. Conforme protocolo 2020/619691.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

1º Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.09.20

Marco Antonio Rodrigues Normando

Diretor do 1º CRS/SESPA

Protocolo: 579251

OUTRAS MATÉRIAS

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE METROPOLITANA I SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ C I R-M I / 1º CRS/SESPA-PA RESOLUÇÃO Nº 012, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

A Comissão Intergestores Regional de Saúde Metropolitana I (CIR Metropolitana I), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal/1988, no art. 22, estabelece as competências da União para legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e no art. 200, determina ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência de ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde e incrementar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, em sua área de atuação.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, no art. 14, trata da criação e das funções das Comissões Permanentes de Integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino;

CONSIDERANDO o art.15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, onde a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, conforme o inciso IX, as atribuições de participar na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

CONSIDERANDO o art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que versa sobre as atribuições da direção nacional do SUS a quem compete, conforme o inciso IX, promover a articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Humanização/ HumanizaSUS (2003), que prevê sua fundamental implantação e manutenção nas unidades/serviços ou secretarias de saúde, para a garantia da Saúde Integral, além da educação permanente da atenção e a gestão na rede do SUS, incluindo trabalhadores, usuários, gestores e controle social.

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, que contempla o Pacto entre os gestores do SUS, nas suas três dimensões Pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 1996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

CONSIDERANDO a Resolução da CIR nº 013, de 28 de novembro de 2018, que aprova o PAREPS da Metropolitana I, para o período de 2019 a 2022.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7. 508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº8080, de 19 de setembro de 1990 e dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação Interfederativa da outras providências.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, sobre a disseminação do novo Coronavírus, causador da doença denominada de COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO o Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo Novo Corona vírus, com vistas a reduzir o impacto da introdução e possível surto de COVID-19 no Estado do Pará, quanto a morbidade, mortalidade, bem como otimizar os recursos existentes por meio de planejamento e programações para acompanhar e auxiliar pessoas com casos suspeitos e confirmados, no âmbito do Estado do Pará;

CONSIDERANDO Decreto Nº 609, de 16 de março de 2020, o qual dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do Corona vírus COVID-19.

CONSIDERANDO a portaria de consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Políticas Nacionais de

Saúde do Sistema Único de Saúde, em especial o anexo XL que trata da Política de Educação Permanente em Saúde.

CONSIDERANDO a aprovação consensual da reunião ordinária da CIES R M I, realizada em 01 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO a deliberação consensual da reunião ordinária da CIR Metropolitana I, realizada em 02 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar o Plano de Ação Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS), incluindo problemas e impactos gerados por pandemia, em especial, da COVID-19, além de estratégias para o enfrentamento, na linha do acolhimento para a atenção à saúde integral humanizada.

Art. 2º - Aprovar o Projeto – Curso de Educação Permanente em Saúde para Humanização, no contexto da COVID-19, proposto pela CIR M I com o apoio do 1º CRS/SESPA, das Secretarias Municipais de Saúde da Região de Saúde Metropolitana I, da Coordenação Estadual de Educação na Saúde e da Coordenação Estadual de Humanização/ DGTES/SESPA, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Pará e demais instituições que integram CIES R M I, com recursos destinados a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, disponíveis no Fundo Estadual de Saúde, fonte 049002042.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Belém-PA, 02 de setembro de 2020.

Marco Antônio Rodrigues Normando

Presidente da CIR Metropolitana I

Cláudio José Gomes Correa

Secretário CIR MI

Protocolo: 579136

RESOLUÇÃO Nº 011, 02 DE SETEMBRO DE 2020.

A Comissão Intergestores Regional de Saúde Metropolitana I (CIR Metropolitana I), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, que contempla o Pacto entre os gestores do SUS, nas suas três dimensões Pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, em seu artigo nº 14, trata da criação e das funções das Comissões Permanentes de Integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7. 508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação Interfederativa e das outras providências.

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 189 de 31 de janeiro de 2014, que Institui o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), o Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM) e os respectivos incentivos financeiros de custeio e de investimento para a sua implantação.

CONSIDERANDO o resultado da visita técnica que constatou que os serviços estão em pleno funcionamento e de acordo com os critérios da portaria GM 189/2014.

RESOLVE: homologar as resoluções nº 008/2020 e 009/2020, que trata:

Art. 1º - Aprovar a proposta de Habilitação do Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero – SRC e Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM) Porte III, da Unidade de Referência Especializada em Saúde da Mulher – URE Saúde da Mulher / SESMA, CNES 2340895, no município de Belém.

Art. 2º - Aprovar ainda, a solicitação de incentivo financeiro de investimento, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero SRC e de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para o Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM), destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes e/ou para a ampliação do estabelecimento público de saúde onde funcionarão os serviços a serem habilitados de Belém.

Art.3º - Aprovar o Plano de Trabalho de obra e reforma e ampliação do Hospital Municipal Infantil Dr. Celso Leão, no município de Ananindeua-Pará.

Art. 4º -Aprovar o Plano de Trabalho de equipamentos e materiais permanentes do Hospital Municipal Infantil Dr. Celso Leão, no município de Ananindeua-Pará.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Belém-PA, 02 de Setembro de 2020.

Marco Normando Claudio José Corrêa

Presidente da CIR Metropolitana I Secretária CIR MI

Protocolo: 579138

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE METROPOLITANA I SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ C I R-M I / 1º CRS/SESPA-PA RESOLUÇÃO Nº 0010, 02 DE SETEMBRO DE 2020.

A Comissão Intergestores Regional de Saúde Metropolitana I (CIR Metropolitana I), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, que contempla o Pacto entre os gestores do SUS, nas suas três dimensões Pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, em seu artigo nº 14, trata da criação e das funções das Comissões Permanentes de Integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino;